

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E A QUESTÃO CIDADE-CAMPO - UMA DISCUSSÃO

JOSÉ WELLINGTON C. VILAR I

BREVE COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A paisagem urbana diferenciada da paisagem rural aparece claramente aos olhos. Da mesma forma, a interrelação cidade-campo é facilmente evidenciável. Talvez por isso seja lugar comum, principalmente nos livros didáticos de Geografia, a concepção da cidade e do campo como realidades objetivas e distintas como se fossem dois mundos isolados. Mesmo aqueles trabalhos que se preocupam em evidenciar as interrelações entre os dois pólos não conseguem fugir à dualidade. O raciocínio é viciado na base: articulação pressupõe coisas (pólos) separados.

Numa definição puramente operacional pode-se encarar o campo via de regra, como um lugar onde se realiza a atividade primária, é onde o homem entra em contato mais direto com a natureza extraindo dela a base material da sua existência: já a cidade é a sede do poder, é o lócus por excelência da atividade industrial. Essa linha de raciocínio, apesar de passível de uma crítica violenta, revela-nos alguns dados:

- a cidade é o centro da produção e de dominação sob o campo;
- a divisão do trabalho entre agricultura e indústria tem uma dimensão espacial representada respectivamente pelo campo e pela cidade;
- a terminologia cidade-campo apresentam nitidamente uma forte expressividade espacial e se comparada com seus equivalentes sociológicos, urbano e rural, possuem considerável prioridade espacial.

A dualidade parece perseguir-nos em nosso cotidiano (natureza-sociedade, ciências naturais - ciências sociais, sociedade moderna - sociedade tradicional e tantas outras). E na Geografia não é diferente, são famo-

sas as gavetinhas (especializações) que isolam o conhecimento: quando estudamos, por exemplo, o campo (Geografia Agrária), a cidade (Geografia Urbana), a natureza (Geografia Física) ou a "totalidade" (Geografia Regional).

Aqui não se está cogitando estudos completos, estudos totais, mas sobretudo estudos que não se prendem a dualidade formalmente, estudos que procurem entendê-la e captem seu movimento dialético. Delimitamos assim, imprecisamente, o universo desse trabalho, fruto de preocupações desenvolvidas em investigações anteriores a respeito de algumas categorias analíticas de Geografia. Analisaremos a relação cidade-campo no contexto do desenvolvimento desigual. Partiremos do processo de produção do espaço, tentando encontrar pressupostos e formulações gerais. Privilegiaremos o capitalismo onde o desenvolvimento desigual assume contornos bem mais nítidos, a divisão do trabalho e as contradições de classe no jogo das relações cidade-campo.

Antes de concluirmos esta introdução duas colocações se fazem necessárias:

1) Inicialmente o objetivo desse trabalho era analisar historicamente a relação cidade-campo no Brasil, daí porque a bibliografia consta de um bom número de obras nesse sentido. No entanto a exiguidade do tempo e uma reestruturação do trabalho graças a algumas críticas bem recebidas, orientou-se no sentido de privilegiar aspectos mais teóricos da temática. Noutra oportunidade, já com um maior aprofundamento, retornar-se-á ao estudo de caso. Isso não nos impediu por outro lado, de ensaiar alguns tímidos delineamentos.

1 - Bacharel e Licenciado em geografia da UFS.
Mestre em geografia

2) A importância e a tradição que tem os estudos da relação cidade-campo na Geografia, que inclusive são tão evidentes a ponto de Moraes incluí-los nos temas que não suscitariam polêmica quanto a seu caráter intrinsecamente geográfico e os recentes avanços teórico-metodológico no tratamento da problemática espacial, bem como a negligência de algumas investigações no sentido de perceber a importância espacial, levou-nos a optar por trilhar os caminhos que privilegiem este aspecto.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

As profundas reflexões filosóficas e epistemológicas a respeito do espaço parece ter sido por muito tempo negligenciadas não somente por filósofos, mas também por aqueles que têm como profissão o estudo de seu conteúdo: nós geógrafos.

As transformações do após guerra e em especial das duas últimas décadas impuseram uma série de novos dados à Geografia: o reconhecimento da importância do território, inclusive por muitos cientistas sociais, e o processo de mundialização — para utilizar uma expressão de Milton Santos —, trazendo consigo pressupostos antes inexistentes. Porque se de um lado nosso campo de interesse se amplia, já que o espaço geográfico torna-se o elemento fundamental da aventura humana; “de outro mundialização do espaço cria condições — até aqui insuficientes — para estabelecer um corpo conceitual um sistema de referência e uma epistemologia recurso de trabalho que sempre faltou a essa disciplina e por isso estreitou seu corpo de estudo ao longo do século”¹. A preocupação de Moraes com relação a uma linguagem refinada e com um arsenal teórico e contemporâneo para compreender a atual realidade extremamente complexa e diversificada, deve-se acrescentar a necessidade da síntese do conhecimento, e ninguém vai questionar que sem síntese não há ciência. A precisão e a clareza se impõem à Geografia. Antes de iniciarmos a análise do processo de produção do espaço cabe ressaltar de que espaço estamos

falando. A existência de distintas concepções de espaço exige que se delimite a preocupação: aqui trataremos do espaço humano ou social ou numa linguagem mais próxima, o espaço geográfico².

A noção do espaço geográfico foi sempre vista pela Geografia tradicional com uma dimensão de exterioridade em relação à sociedade. O espaço exterior ao homem, um palco inerte e neutro onde se localiza a natureza e a atividade humana. A essa noção contrapõe-se a idéia de espaço pela sociedade, onde o trabalho enquanto atividade produtiva adquire um caráter mediador. Nesse sentido o espaço geográfico não é humano porque o homem nele habita como pensava a Geografia tradicional, mas sobretudo porque é produto, condição e meio da aventura humana sob a superfície terrestre. É portanto, um produto social de um processo de produção real e concreta nascida do trabalho enquanto resposta do homem às necessidades de sobreviver e de fazer história. O trabalho se configura como mediador da relação sociedade-espaço.

Em que pese os consideráveis avanços na concepção de espaço geográfico e apesar de entendermos e afirmarmos a unidade espaço-sociedade é bastante difícil a sua demonstração sem uma alteração basal das idéias de espaço. “As noções que o espaço e a sociedade interagem ou que padrões espaciais refletem a estrutura social não é somente grosseira e mecânica na sua elaboração, mas também impede mais discernimento com relação ao espaço geográfico: no fundo isto se deve ao fato de que a visão da relação entre o espaço e a sociedade está presa à concepção absoluta do espaço. Duas coisas somente podem interagir ou refletir-se mutuamente se elas fo-

1 - SANTOS, Milton. *Movimentos do Espaço Humano*. São Paulo, Hucitec, 1988, p. 36

2 - Nosar trabalho utilizamos-se a a expressão espaço no mesmo sentido do espaço geográfico.

3 - SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988, p. 122-123

SMITH, Neil. Op. cit. p. 123-124. LPIETZ, Alan. *El Central e el Estado Mexicano, Siglo Veintiuno*, 1979, p. 92. MORAES, A. C. B. e COSTA, W. M. *Et. A Valorização do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1988, p. 128

rem definidas em primeiro lugar como coisas separadas"³. O peso de nossa herança conceitual de um positivismo metodológico elaborado em diade filosófica — como por exemplo, objeto-sujeito, fato-valor, natureza-sociedade e, mais próximo de nossa preocupação, cidade-campo — é tão grande a ponto de sobreviver às tradições pós-positivista que procuram exorcizá-lo. A concepção de produção do espaço apresenta no entanto uma forma de avançar na idéia da unidade contraditória espaço-sociedade.

Tentando captar a dialética espaço-sociedade devemos partir do espaço geográfico enquanto resultado da ação humana que transforma a natureza por intermédio do trabalho. Ao produzir espaço, o homem produz ele mesmo e as relações com outros homens. Dessa forma pode-se afirmar que o espaço geográfico nem sempre existiu, sua criação também não está vinculada ao surgimento do homem sobre a superfície da terra, como alguém menos avisada poderia apressadamente imaginar. Sua existência está ligada diretamente a organização social e a organização do trabalho. Em nossa experiência imediata todos os lugares — não importa se é o campo ou a cidade — estão impregnados de significação social. Seguindo Smith textualmente: "Não existe espaço abstrato para além do lugar e não há lugar para além da sociedade". Para Lipietz "Não há regiões pobres e sim regiões de pobres e se há regiões de pobres é porque há regiões de ricos". Moraes pensando de forma mais geral, precisa melhor a questão: "não há processos espaciais, mas os processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre"⁴. É só a partir do surgimento da segunda natureza que se rompe a unidade-natureza. Em seu lugar assenta-se a separação conceitual entre sociedade e espaço que estamos tentando superar.

A sociedade com o fito de reproduzir as condições de sua existência efetua relações vitais com o espaço mediada pelo trabalho. Na medida em que o trabalho é fonte de valor essa relação é fundamentalmente um processo de valorização. Moraes adotando essa perspectiva faz a distinção, para fins

analíticos, entre valor do espaço e valor no espaço⁵.

A dialética desses dois conjuntos nos remete diretamente ao caráter singular e simultaneamente universal da relação espaço-sociedade. Como todos os outros objetos da produção ela expressa um processo de criação de valores, sua singularidade reside no fato dela ser produto e condição geral da produção e da existência humana. Além disso o espaço enquanto realidade material apresenta algumas qualidades que o coloca em posição privilegiada face aos processos sociais⁶: é absoluto e relativo, é matéria finita, é um objeto heterogêneo e durável, e por último e não menos importante é o depositário universal da história humana.

O valor do espaço enquanto condição de produção determina a produtividade de trabalho, tendo em vista os espaços singulares transferirem aos produtos durante o processo de trabalho um quantum de produtividade. O valor do espaço articula-se com o valor no espaço que manifesta a virtualidade de cada espaço. Uma parcela de valor agrega-se necessariamente ao solo durante o processo de produção, realizando-se uma dialética perenização/transitoriedade.

Especificamente sob o capitalismo a produção do espaço toma contornos mais próximos ao que nos interessa nesse presente estudo. Avancemos então.

Moraes analisando a valorização capitalista do espaço parte de um resumo geral sobre a História desse modo de produção para verificar as suas determinações gerais e suas contradições. Para ele o espaço é capital como

4 - SMITH, Neil. Op. cit. p. 123-124. LIPIETZ, Alain. El Capital e su Espacio. Mexico, Siglo Veintiuro, 1979, p. 32. MORAES, A. C. R. e COSTA, W.M. da, A Valorização do Espaço, São Paulo, Hucitec, 1984, p. 128.

5 - O valor do espaço engloba duas formas pré-existentes (naturais e sociais). São manifestações que aparecem para a produção como valor contido. Valor no espaço "refere-se às condições espaciais universais de reprodução que não se atêm as singularidades do espaço (...) é a própria espacialidade contida nos modos de Produção". Diz respeito ao próprio espaço no processo de circulação.

6 - Essas particularidades interessam enquanto processo de valorização do espaço, já que é a sociedade que os qualifica.

condição e como meio de produção. O espaço é condição geral da existência e da produção da sociedade, primeiramente porque ocupa uma parcela da superfície terrestre e num segundo momento porque é trabalho morto incorporado ao solo historicamente, à cidade, às estradas e o campo por exemplo.

A apropriação privada dos meios de produção implica a privatização do espaço e nesse sentido a História do capitalismo nada mais é do que um processo de privatização contínuo e crescente de porções da superfície terrestre e tudo o que ele contém. O trabalho morto agregado ao solo tende a apresentar-se como de primordial importância na produtividade do trabalho e do capital haja visto o capitalismo ser essencialmente desnaturalizante. O valor do espaço tende a encontrar aumento de magnitude até então desconhecida. O capitalismo se universaliza, globaliza, totaliza-se, generaliza e mundializa-se. O espaço perde sua inocência aparente e é violentado pelas relações econômicas. Valoriza-se o espaço cuja produção é primordialmente objeto, veículo e produto do capital. E nesse sentido o processo de produção e valorização capitalista do espaço não ser outra coisa senão a própria valorização do capital. A máxima de Milton Santos se impõe: "Produzir é produzir espaço".

Mesmo a grande evolução da circulação que alguns costumam chamar de a-espacial⁷ apresenta sua essencialidade não mais na paisagem, mas na espacialidade do circuito de trocas. "Controlando fluxos de investimentos, o capital define diretamente o processo de valorização do espaço".

As contradições, que Moraes trata superficialmente, nos remete ao outro lado da questão do processo capitalista de valorização do espaço e nos permite encerrar, por hora, a discussão com as próprias palavras do autor: "Sua dialética expressa-se na afirmação de que a sociedade capitalista faz do seu espaço ao dominá-lo — utilizando-se dele, expandindo-se nele e reproduzindo-se nele — mas simultaneamente na negação desse espaço por essa mesma sociedade, ao destruí-lo e

reconstruí-lo sucessivamente, impregnando-o plenamente de suas próprias contradições".

Dessa forma a Geografia é ainda a ponta de lança do desenvolvimento humano, não mais primordialmente como um processo de expansão territorial. Isso parece já fazer parte dos livros didáticos de História. Num mundo cada vez "menor" a produção do espaço atinge um nível até então sem precedentes através da diferenciação interna do espaço global. Os espaços geográficos são produtos de tendências contraditórias: primeiramente quanto mais o desenvolvimento social emancipa o espaço da sociedade mais importante se torna a fixidez espacial, em segundo lugar e acima de tudo as tendências para a diferenciação e a universalização ou para a igualização aparecem lado a lado no bojo do capitalismo. Esse padrão é em suma o desenvolvimento desigual, um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço. A paisagem deixa então de ser tomada enquanto registro histórico e antropológico, como fazia a Geografia tradicional. Impõem-se agora a própria leitura da paisagem como elemento revelador de uma época e de uma cultura.

Vejam então o processo de desenvolvimento desigual um pouco mais de perto, tentando inclusive melhor entender a questão cidade-campo. Mas antes disso solidifiquemos nosso arcabouço teórico discutindo mais um pouco o trabalho enquanto mediador da relação dialética espaço-sociedade. Desprovido dos meios de produção o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista que se apropria do trabalho não pago — a mais valia. Nesse processo de apropriação os resultados do trabalho são vistos como exteriores ao sujeito da produção, uma coisa que existe em si e por si e passa a dominar a vida dos homens. O processo de trabalho é portanto de alienação que não é determinado pelo su-

7 - Referência a evolução do espaço pela velocidade da circulação.

8 - MORAES e COSTA, op. cit. p. 124-125.

jeito nem este sujeito se torna dono do produto. O mesmo raciocínio pode ser estendido ao espaço que também aparece como produto estranho à sociedade que o produziu. A alienação não aparece somente no seu processo mas também no seu resultado. A sociedade inteira interfere no processo de produção do espaço geográfico, no entanto os objetivos e as necessidades são da classe dominante.

RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Como foi visto o espaço não se coloca perante a produção como um objeto homogêneo. Ele é intrinsecamente desigual. A sua naturalidade, pré-existente ao trabalho, impõe quadros naturais diversificados. Também o trabalho nele se acumula desigualmente. Nesse sentido o espaço concreto para a produção concreta sendo condição universal para a produção também concreta, é sempre singularidade. As condições únicas de cada localização aparecem para o processo produtivo como condição de produção.

Mas já vai longe o tempo em que as vantagens naturais ditavam a divisão territorial do trabalho. Os empecilhos da distância e a necessidade de grande proximidade de matérias-primas diminuíram de importância. Quando comparadas com o desenvolvimento desigual das forças produtivas as diferenças naturais perdem cada vez mais a sua influência sob o domínio do capitalismo.

A divisão do Trabalho pode ser subdividida em três escalas: divisão geral, particular e específica do trabalho. Nesta primeira, onde o capitalismo está historicamente fundado sob a bipolarização indústria e agricultura, é que se verifica a divisão territorial do trabalho expresso em cidade de um lado e campo de outro. O professor Smith tem algo mais a dizer: "A separação da cidade e do campo é tanto o fundamento lógico quanto o histórico da divisão social do trabalho contemporâneo no seguinte sentido: somente quando o proletariado estives-

se livre da necessidade e da responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência e que essa divisão poderia progredir como de fato o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo mas é, ao contrário herdado pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e com sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre cidade e campo. A separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão do trabalho, mas vem se tornar o fundamento como dizia Marx para a divisão do trabalho"⁹.

A cidade antecede ao capitalismo, mas neste modo de produção o fenômeno urbano é reproduzido com características próprias e significados diferenciados. O conteúdo urbano é transformado, apresentando novas feições. O desenvolvimento urbano apresenta-se como condição sine qua non do processo de produção assentado no sistema capitalista. A cidade é incompatível com a economia de subsistência, com a ausência de especialização e de diferenciação.

Concentrando os meios e as unidades de produção e uma grande massa populacional, a cidade atrai para si não somente o poder econômico como também o político e dessa forma passa a comandar espaços maiores em função das necessidades do processo de acumulação de capital. Assume assim o papel dinâmico na produção do espaço tanto nacional quanto internacional. Como disse Carlos "a produção em escala e a continuidade tendem a aumentar a concentração espacial na medida em que obrigam a migração e aprofundam a divisão do trabalho entre ramos da economia. Isto acentua a dependência das várias parcelas do espaço e engloba-se no processo produtivo geral através da divisão espacial do trabalho comandado

9 - Ver SMITH, Neil, op. cit., p. 160, 164-165.

10 - CARLOS, Ana F. A. Espaço e Indústria. São Paulo, Contexto, 1984, p. 46.

11 - MENGIONE, Enzo E PUGLIESE, Enrico. A Dificil Delimitação do "urbano" e do "rural": alguns exemplos e implicações teóricas, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, Lisboa, Abril, 1987, p. 94.

pela metrópole¹². Alguns lugares sintetizam mais o mundo do que outros. A economia mundial é colocada em operação através de um sistema liderado pelas grandes metrópoles, as chamadas cidades mundiais.

O atual estágio do modo de produção capitalista coloca uma nova realidade, novos processos são lançados no cotidiano. A expansão da indústria para além das cidades e a crescente analogia do trabalho agrícola com o das indústrias são apenas dois exemplos. Para Mingione e Pugliese "o fato é que a agricultura, é um sector da actividade dentro do sistema industrial subordinado a um complexo de empresas. Assim a analogia entre os processos de trabalho e as técnicas de produção, a progressiva mecanização e controle do ciclo produtivo e das condições ambientais são aspectos que confirmam que a agricultura é cada vez mais uma indústria¹³."

A industrialização da agricultura ou realocação das indústrias, independentemente da análise se baseia numa dicotomia real cidade e campo ou num contínuo rural-urbano, o que importa realmente é que o mundo rural tenha características de produção diferentes já que os processos de trabalho e de produção obedeciam a uma lógica diferente daquela dominante no contexto urbano e industrial. Essa especificidade da agricultura contribuiu para a identificação do campo, entretanto na atualidade isso é cada vez mais posto em xeque. Não se está cogitando aqui a proliferação de empresas capitalistas com elevados níveis de mão-de-obra assalariada pelo campo. Muito menos a sua transformação em cidade. Torna mais sentido o que dissemos anteriormente: alguns lugares sintetizam mais o mundo do que outros. A homogeneização sob o capitalismo, mais do que qualquer modo de produção, significa também a criação das condições de diversidade futura.

Ainda com Carlos podemos sintetizar a questão: "Num primeiro momento, o modo de produção capitalista reproduz o urbano enquanto condição geral de produção; num segundo momento produz a articulação entre os

espaços. Posteriormente, o desenvolvimento das forças produtivas — com mundialização e internacionalização do capital — produz uma articulação espacial mundial a nível da formação econômica e social que gera o aprofundamento da divisão espacial e internacional do trabalho onde a articulação entre os espaços dá-se através das técnicas racionais, via mercado¹²."

Também não devemos cair na confusão de identificar a cidade com o capitalismo, haja visto a sua presença no campo e o aumento da articulação cidade-campo serem pressupostos para a sua reprodução (capitalismo). A cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários a produção em larga escala, é o lugar da gestão das decisões que orientam o desenvolvimento desse modo de produção comandando a divisão territorial do trabalho e articulando a ligação entre as cidades (rede urbana) e entre cidade-campo. Determina assim o papel do campo nesse processo e estimula a constituição de uma rede urbana. Por mais que se intensifique o papel da industrialização da agricultura, a cidade continuará sendo o lócus base do capital que se espraia por todo o globo e é nutrido pelas diferenças que ele próprio produz. A homogeneização de algumas paisagens e dos hábitos que o capitalismo procura desenvolver, não pode ser confundida com a homogeneização dos papéis dos lugares. Lembra-se do aspecto singular dos espaços decorrente do seu valor agregado a que nos referimos linhas atrás? Longe de ser aglomeração e dispersão, a cidade e o campo são trabalhos sociais materializados: produto, condição e meio do processo de reprodução da sociedade em determinado momento histórico. Nesse sentido também se põe

12 - CARLOS, Ana F. A. Op. cit., p. 53.

13 - LIPIETZ, falando sobre a articulação do modo de produção coloca o intercâmbio em sentido amplo com correspondente a articulação externa (parte dependente não realiza uma produção em moldes capitalistas) e o intercâmbio desigual no sentido restrito equivalente a integração (penetração em moldes capitalistas para todos os ramos da produção inclusive agricultura).

em dúvida a distinção entre cidade e campo.

Apesar da grande cidade ser um meio favorável a acumulação capitalista as desigualdades engendradas não se resumem as diferenças de desenvolvimento entre a cidade e o campo. O desenvolvimento desigual das cidades e dos campos adquire dimensão nacional e internacional. É uma desigualdade combinada que se produz e reproduz pelo mecanismo de intercâmbio desigual.

A lei das vantagens e dos custos comparativos expressa por Ricardo no século XIX estabelece que "cada sociedade se especializa numa produção em que tem relativamente mais vantagem (ou menos desvantagem) e dela resulta uma distribuição mundial do trabalho que assegure o aumento dos valores de uso por todos". Isso implica um desenvolvimento desigual beneficiador dos países detentores de ramos com maior composição orgânica de capital. Segundo Lipietz é o começo do intercâmbio desigual em sentido amplo¹³. Fala-se num centro e numa periferia.

Na atualidade sob o domínio do capitalismo monopolista a troca desigual não corresponde mais, apenas, a um comércio internacional que permite produções de diferentes valores. Na medida em que se verifica a penetração oriunda do centro, de ramos com alta composição orgânica do capital, num processo que Lipietz denomina de integração, desencadeia-se a industrialização da periferia. Transforma-se a troca desigual e promove-se a integração de várias regiões, do campo e da cidade.

No entanto diferentemente do que se poderia apressadamente se pensar não se verifica a uniformização das proporções de capital e trabalho empregado no centro e na periferia, porque o centro tem sempre os setores de ponta. Aparentemente teriam deixado de existir as condições para o intercâmbio desigual. O trabalhador da periferia cria produtos/valores a nível internacional, contudo o valor da força de trabalho somente é definido conforme o nível médio de vida de sua região de trabalho. E alguns ainda insistem em

alardear que as transnacionais têm um nível de salários maior que a média do mercado na periferia.

O processo de integração (intercâmbio desigual no sentido restrito) não diminui a articulação externa (intercâmbio desigual no sentido). Pelo contrário, o reproduz de acordo com as necessidades da própria acumulação. Fica fácil entender porque o capitalismo ainda convive tranquilamente com as formas pré ou paleo-capitalista aguardando o momento para expansão setorial ou espacial onde possa se realizar. A existência da periferia é condição indispensável, é a possibilidade concreta do alargamento da reprodução capitalista. Todo esse raciocínio estende-se com as devidas restrições, para a compreensão dialética da relação cidade-campo.

A cidade possui maior composição orgânica do capital, maior valor agregado historicamente ao solo, por isso domina o campo. Mas ao mesmo tempo precisa dele para se reproduzir. O aumento da composição orgânica no campo (industrialização da agricultura responsável pelos quilômetros e quilômetros de soja no centro-oeste, de cana-de-açúcar nas Alagoas, cacau no sul da Bahia ou de laranja em São Paulo) não foi suficiente para sua emancipação. A dominação continua nas esferas da articulação externa e na integração. Tanto a relação cidade-campo como a relação centro-periferia são somente expressões do desenvolvimento desigual. Um passeio pelas ruas de Aracaju ou pelo sertão nordestino permite-nos verificar que a escolha dos lugares dos investimentos não é imparcial. Existe a imparcialidade?

A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO COMO QUESTÃO DE CLASSE

O processo de produção do espaço sob o capitalismo é extremamente contraditório desenvolvimento desigual engendrado é no mínimo a expressão geográfica das contradições do capital, é a desigualdade social exposta na paisagem e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade para fins sociais determinados. Eis onde

estavamos.

Essas questões nos remetem diretamente à análise das lutas de classe no seio da sociedade capitalista. Interessa-nos agora entender até que ponto a dualidade cidade-campo é apenas representação de classes; até que ponto as contradições capitalistas dissolvem esse nexos dual.

A divisão social do trabalho estabelece a aparente autonomia do trabalho intelectual face ao trabalho material. Essa autonomia aparece como a autonomia dos produtores desse trabalho: os pensadores com suas idéias. A separação entre os indivíduos que dominam as idéias realizada de forma que não se perceba a dominação dos homens sobre os homens porque esta aparece como dominação das idéias sobre todos os homens. É o instrumento de dominação de classe cuja origem insere-se na divisão da sociedade em classes contraditórias e em luta. Este último aspecto não deve ser visto apenas como o confronto armado entre classes como uma "briga", para ficarmos mais próximos de nós nordestinos, mas sobretudo como o conjunto de processos institucionais, jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, morais, psicológicos, culturais, religiosos, artísticos (todos com uma nítida expressividade espacial) usados pela classe dominante para manter a dominação. O espaço é igualmente ideologia.

A produção do espaço como já vimos realiza-se de modo a viabilizar o processo de (re)produção do capital. A cidade e o campo se apresentam como materializações das condições gerais do processo em sua totalidade. Nesse contexto o papel da ideologia enquanto instrumento de luta de classe é obscurecer a existência das contradições, dissimular a presença das divisões de classe escondendo assim sua própria origem. Procuram-se referências universais no sentido de apagar as diferenças de classe e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social. As paisagens diferenciadas são percebidas enquanto resultado de processos naturais, exteriores ao homem.

Moreira analisando a questão cidade-campo no Brasil, coloca-a como

nexo axial, a essência mesmo das configurações da História. O nexo central da (re)produção do espaço. Para ele a fábrica/terras agricultáveis/bancos territorialmente separados da escola/universidade/ciência expressam a divisão territorial do trabalho

Lipietz fala de três separações fundamentais: contradição operário-camponês; trabalho manual-trabalho intelectual e a contradição cidade-campo, a forma material das outras duas. Segundo ele, sem um esgotamento da divisão cidade-campo não haverá esgotamento do estado, não haverá o desaparecimento das relações mercantis, somente o reestabelecimento das relações capitalistas e da burguesia.

A relação cidade-campo é o plano geral das alianças a partir do qual a burguesia pratica suas estratégias espaciais com o objetivo de ordenar sua hegemonia de conjunto. É o bloco histórico em atuação¹⁴. Por outro lado "a ordenação espacial das ações proletárias requer a necessária articulação cidade-campo da vertente dos dominados. No plano global o estratégia do contra-espaço tem na aliança operário-camponês sua forma fundamental. Não somente as ações proletárias urbanas são por si só insuficientes, como também o são as ações do campesinato, se levados em paralelo e inarticulados"¹⁵.

Em cada formação sócio-espacial o movimento de acumulação primitiva do capital segue caminhos próprios. No entanto em todos esses caminhos coloca-se necessariamente a mesma problemática das alianças e a relação cidade-campo como seu eixo. No Brasil essa relação tem por conteúdo a expressão do "agrarismo-industrialismo" o que o difere conceitualmente da cidade e do campo em muitos países. Na nossa realidade a cidade e o campo exprimem

14 - Hegemonia - conquista do poder com base de legitimação. Bloco histórico agrupamento de forças sociais com um objetivo comum. Dentro do bloco histórico Gramsci identifica a "classe dominante" que referencia seus interesses econômicos e no interior desta a "classe dirigente" que se impõe no comando político e é a força reinante que ocupa o aparelho do Estado.

15 - MOREIRA, Ruy. O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil. Estudos sobre sociedade e espaço. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 156.

16 - Citado em MORAES e COSTA. Op. cit., p. 180.

uma só essência, tendo em vista a dupla forma que assume a "fronteira em movimento": a agrária (reguladora do estoque do exército industrial urbano através do controle da desterritorialização do campesinato e viabilizadora do rebaixamento do custo da força de trabalho urbano) e a fronteira em movimento urbano através da periferia.

Para finalizar tocaremos de soslaio em algumas outras contradições do capitalismo tentando entender a relação sociedade-espaco, e a relação cidade-campo. Não estamos fugindo das contradições fundamentais simplesmente estamos tentando avançar na problemática em foco.

Sob o capitalismo, o ecúmeno — para utilizar uma expressão da Geografia tradicional — ampliou-se de maneira extraordinária inclusive por áreas que a priori seriam impróprias para a atividade humana. As condições técnicas que tem o capital na atualidade o permite revolver os chamados obstáculos naturais. A apropriação privada do espaço trouxe consigo uma restrição a ocupação da superfície terrestre que é naturalmente finita. O acesso do espaço não depende agora da possibilidade de expansão do ecúmeno. Como se percebe o capital amplia, por demais, o ecúmeno, mas ao mesmo tempo restringe ainda mais o acesso ao espaço

Como já vimos linhas atrás, o capitalismo encontra na cidade as condições máximas para se desenvolver. No entanto a urbanização acelerada e as metrópoles capitalistas expressam o processo de valorização que é acompanhado de um jogo de contradições.

No tocante ao uso do solo urbano, a metáfora de Harvey é bem perspicaz: "a cidade é um teatro e cada lote urbano uma poltrona; quem chega por último ocupa os piores lugares e o que define a ordem de chegada é a condição de classe"¹⁶. Porém falar de uma lógica interna (se e que ela existe) que permeia o espaço urbano e rural foge ao nosso objetivo maior. Essa é uma questão a ser retomada noutro lugar em outro momento.

A concentração demasiada dos

meios de produção, apesar de constituir-se em um dos fundamentos da expansão do capital, transforma-se em obstáculo a essa expansão. As recentes tentativas de desconcentração industrial para a periferia das cidades ou mesmo para o campo são tentativas do capital para resolver a seu modo essa contradição. Esta grande concentração intensifica também os movimentos sociais urbanos, dificultam a circulação e tornam a metrópole num lugar hostil a certas atividades produtivas.

Por fim merece destaque o movimento de desnaturalização do espaço exaurindo os recursos naturais e trazendo a degradação ambiental da cidade e do campo.

Uma série de novas questões parecem delinear-se.

OUTRO DEBATE ABERTO

A divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu uma transformação tão ampla que hoje é legítimo colocar em dúvida a validade da própria distinção cidade-campo. Na atualidade novos complicadores se impõem à realidade, principalmente nos países subdesenvolvidos. Os bóias-frias que trabalham no campo e moram na cidade demandando produtos da grande indústria é apenas um exemplo da crescente complexidade que assume a questão cidade-campo. A penetração das relações de produção capitalista no campo "industrializando a agricultura" trouxe novos agravantes e a metodologia "receita de bolo", muitas delas importantes, parece não responder à complexização da relação cidade-campo.

A perspectiva tomada aqui neste trabalho privilegiou algumas categorias, nem poderia ser de outra forma o emaranhado que se tornou a questão cidade-campo, forçou-nos a direcionar preocupações, sob pena de nos perdermos e não darmos conta da intrincada realidade. Perde-se a totalidade, ganha-se operacionalidade. Caso contrário fechemos os livros, seremos incapazes de entender o mundo que nos cerca.

No bojo dessa preocupação outras lógicas poderão ser assumidas como instrumental analítico significativo para a compreensão da temática cidade-campo. Perspectivas que privilegiem as questões subjetivas, como por exemplo o significado das formas espaciais (urbanas ou rurais), a percepção e a consciência do espaço (urbano ou rural), surgem como novos temas a serem abordados. Estamos de mãos dadas com arquitetos e psicólogos. Penetraremos no "turbulento" domínio das fronteiras das ciências. A atualidade exige cada vez mais o trabalho interdisciplinar.

Espaço e sociedade trazem implica uma desigualdade produto da divisão social e técnica do trabalho que se materializa na divisão espacial (territorial) do trabalho entre parcelas do espaço: cidade e campo por exemplo. Tal desigualdade é produzida por relações de dominação-subordinação que permeiem o processo do capital e do poder em poucas mãos e na propriedade privada.

Até quando esses processos perfeitamente evidenciáveis não serão percebidos pela população diretamente atingida? Até quando os trabalhadores do campo e da cidade não vão se unir? Até quando eles vão aceitar que essa realidade contraditória apareça como normal, racional, aceitável? É a ideologia cumprindo satisfatoriamente sua função. Ultrapassamos a ideologia. Vamos trabalhadores, do mesmo modo que nós construímos tudo, podemos destruir tudo, porque podemos fazer tudo novamente, inclusive a UTOPIA.

Para concluir preferimos, libertos de toda cientificidade, mas comprometidos, nos embalar nos fortes versos do grupo irlandês

U2: HOW LONG, HOW LONG MUST WE SING THIS SONG?

BIBLIOGRAFIA

AMIN, Samir. La acumulacion a escala mundial — crítica da teoria del Subdesarrollo, 5ª edição. Cidade do México, Siglo Veintiuno editores, 1981.

— O Desenvolvimento Desigual —

Ensaio sobre as Formações Sociais Periféricas, Rio de Janeiro, Forense, 1976.

ANDRADE, Manuel Correia de. Cidade e Campo no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1974.

CARLOS, Ana F. Alessandre. Espaço e Indústria, São Paulo, Contexto, 1984.

CASTELS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia, 17ª. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FORBES, D. K. Uma Visão crítica da geografia do Subdesenvolvimento de Janeiro, Bertrad Brasil S. A.

GEIGER, Pedro P. e DAVIDOVICHI, Fany R. Reflexões sobre a Evolução da Estrutura Espacial do Brasil sob o Efeito da Industrialização, RGB 86(3), p. 3-28, 1974.

GOLDENSTEIN, Léa e SEABRA, Manuel. Divisão Internacional do Trabalho e Nova Regionalização, In: Revista do Departamento de Geografia da USP, nº 1, 1982.

LEFEBRE, Henri. DE lo Rural a lo Urbano, Barcelona, Ediciones Península, 1976.

— O Direito à cidade, São Paulo, Ed. Documentos, 1969.

LIPIETZ, Alain. El Capital y su Espacio, México, Siglo Veintiuno, 1976.

MENGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico. A Difícil Delimitação do "urbano" e do "rural": alguns exemplos e implicações teóricas, in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, Lisboa, Abril, 1987, p. 94.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias Geográficas, São Paulo, Hucitec, 1988.

— e COSTA, Wanderley M. da. A Valorização do Espaço, São Paulo, Hucitec, 1984.

MOREIRA, Ruy. O Movimento e a Questão

tão Cidade-Campo no Brasil - Estudos sobre Sociedade e Espaço, Petrópolis, Vozes, 1985.

MOURA, Hélio A. de. Migração Interna - Textos Selecionados (Tomo 1), BNB-ETENE, Fortaleza, 1980

OLIVEIRA, Francisco de. Economia Brasileira: Crítica a razão dualista, 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1987.

— Elegia para uma Religião, 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1981,

SANTOS, Milton. Urbanização Desigual, Petrópolis, vozes, 1980,

— Metaformose do Espaço Habitado, São Paulo, Hucitec, 1980.

— Por uma Geografia Nova, 3ª edição, São Paulo, Hucitec, 1986.

SEABRA, Manuel F. G. Economia da América, In: BPG 59, Número Especial Geografia e Imperialismo, São Paulo, 1982.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização, 7ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1980.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. Capitalismo e Urbanização, São Paulo, Contexto, 1988.

ABSTRACT

The urban landscape, different from rural one, clerly appears to the eyes. The same way, the relation city-country is also easily evidencible. Perhaps because of this it is a commonplace the conception of city and country as objective and distinct realities as two worlds apart. Eve those works that aim evidencing the

relationships between the two poles can't escape from duality.

This paper intends to analyse the relation city-country in the context of unequal development. The works is divided in three parts: first, there is a study about the concept on space, searching for one theoretic support; the second part, the object of study, is developed as a question of class in the capitalist system. At last, some conclusions are showed.